

**A SERRA DA ONÇA
E OS ÍNDIOS DO RIO DOCE:
UMA PERSPECTIVA
ETNOARQUEOLÓGICA
E PATRIMONIAL**

ALENICE MOTTA BAETA*
IZABEL MISSAGIA DE MATTOS**

Resumo: este artigo focaliza a relação simbólica existente entre o povo Krenak e determinados ambientes do médio vale do Rio Doce – especialmente os afloramentos quartzíticos das serras da Onça e do Boiadeiro, localizados na margem direita do rio – por meio de uma perspectiva etnoarqueológica, identitária e patrimonial.

Palavras-chave: Serra da Onça, Vale do Rio Doce, Krenak

Este artigo é fruto de um diálogo interdisciplinar realizado entre uma antropóloga e uma arqueóloga que, em ocasiões diversificadas no período compreendido entre 1992 e 1998, estabeleceram uma estreita relação de parceria tanto nos levantamentos realizados em campo quanto na interpretação do material obtido.

A pesquisa de campo foi realizada na região compreendida entre as microbacias dos rios Cuieté e Manhuaçu, localizadas na margem direita do Rio Doce, que abrangem os municípios de Conselheiro Pena, Resplendor, Itueta e Santa Rita do Itueto e contaram com a ativa participação de integrantes Krenak, povo indígena que ocupa imemorialmente a região e cujo território se encontra demarcado na margem oposta aos dos afloramentos quartzíticos existentes nas serras da Onça e Boiadeiro¹.

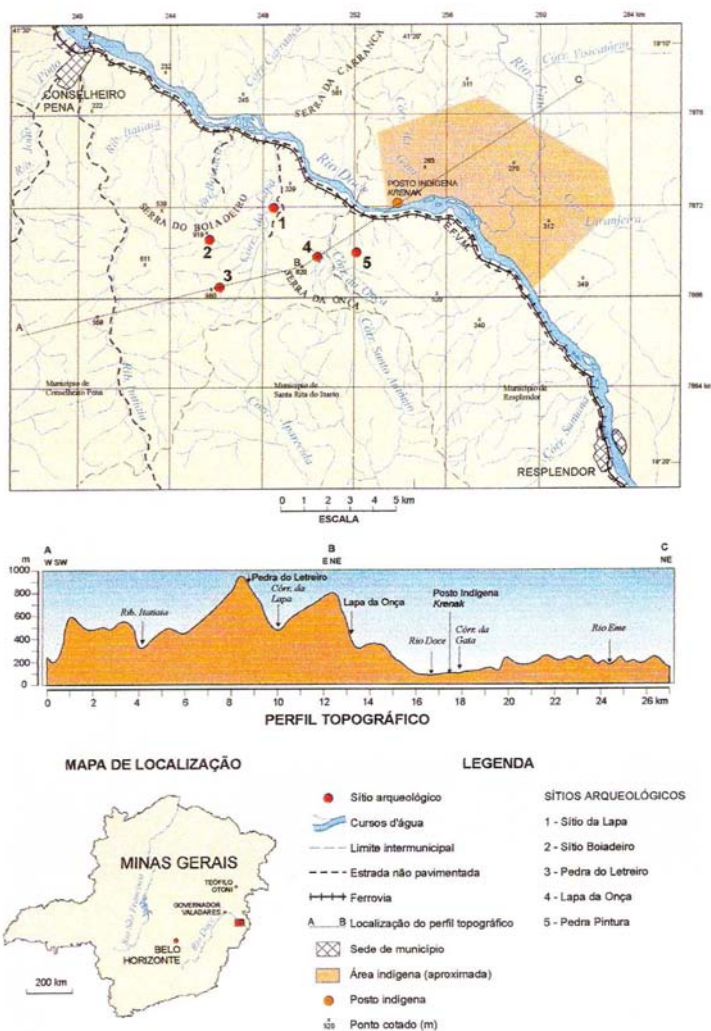


Figura 1: Planta de situação indicando as bacias hidrográficas, sítios arqueológicos com grafismos rupestres da Serra da Onça e território indígena Krenak. Municípios: Resplendor, Conselheiro Pena e Santa Rita do Itueto (Baeta, 1998).

Este esforço conjunto resultou em outras publicações sobre temáticas relacionadas à aqui apresentada, que objetiva sintetizar as análises do material – de caráter arqueológico, etnográfico e etnohistórico – até então levantado (MISSAGIA DE MATTOS, 1992, 1996, 2004; BAETA; MISSAGIA DE MATTOS, 1994; BAETA, 1998, 2000).

Os afloramentos que compõem a Unidade Geomorfológica do Rio Doce e dos planaltos dissecados do centro-sul e do leste de Minas caracterizam-se principalmente por colinas com vales de fundo chato e planícies fluviais. Além dos afloramentos e escarpas quartzíticas, há, também, nas adjacências, áreas colinares e cristas graníticas. Na margem do Rio Doce, oposta à Serra da Onça, habitam hoje, cerca de cem famílias Krenak.

O etnônimo dos Krenak – povo representante do tronco lingüístico-cultural Macro-Jê – surgiu no início do século XX, em consonância com a tradição dos Borún (sua autodesignação na língua materna significa “gente”) de designar o subgrupo com o nome de seu líder (ou por um acidente geográfico existente no seu local de morada). Em gerações antepassadas, os atuais Krenak seriam designados Gutkrak, originados a partir de dissensão entre os Krekmum, dos anos oitocentos – considerados pelos colonizadores da bacia do Mucuri, juntamente com o subgrupo Krenhé, os temíveis e irredutíveis Pojichá.

Por meio de levantamento genealógico, sabemos que os Krenak configuram-se atualmente como um rearranjo de grupos



Pe. André Colli

Figura 2: *O terrível capitão Krenak e seus comandados* (1910).

Nota: legenda original de José Vieira da Fonseca, coletor federal e participante da expedição.

Fonte: Arquivo da família de José V. da Fonseca².

Borún diversificados, historicamente denominados Botocudos (em Minas Gerais, no século XIX), Gueréns (Bahia, século XVII) e Aimorés (Bahia, século XVI). Os Krekmun, dos quais se originaram os Krenak, resistiram ao processo de catequese missionária realizado na Província na segunda metade do século XIX (EMMERICH & MONTSERRAT, 1975: 6; MISSAGIA DE MATTOS, 2004; PALLAZZOLO, 1973 [1959]).

A nudez dos índios está coberta por tecidos e roupas oferecidos pelos expedicionários em uma das “visitas aos Botocudos em 1910, levando roupas e comestíveis por ordem do governo”. Fotografia:

A relação simbólica dos Krenak com a vasta paisagem local e suas minúcias, cujas características podem ser apreciadas cotidianamente de seu território, é marcada por uma intensidade bastante significativa, uma vez que é atribuído àqueles sítios um caráter “encantado”, mágico e sagrado, capaz, mesmo, de condensar valores relativos à identidade étnica deste povo, associada à sua história e situada em um contexto de contradição com interesses e valores da população regional.



Figura 3: Serra da Onça ou *Takrukkrak* (Pedra Alta, na língua Borún). Lapa da Onça, município Conselheiro Pena, MG (2006).

Com efeito, tanto as características paisagísticas quanto arqueológicas dos locais pesquisados inscrevem-se no universo simbólico indígena de forma dominante, com seus elementos apropriados e reinterpretados freqüentemente pelos indígenas.

Em setembro de 1998, foi criado o Parque Estadual dos Sete Salões³, por meio do Decreto N.º. 39.908 do Governo do Estado de Minas Gerais, englobando os referidos afloramentos quartzíticos. O Instituto Estadual de Florestas (IEF) tornou-se, desde então, o órgão responsável por sua implantação e administração; no entanto, o processo de regulamentação fundiária e desapropriação dos moradores não chegou a ser iniciado, uma vez que os Krenak passaram a reivindicar o território compreendido pelo Parque. A disputa pelo estatuto da área se encontra na Justiça Federal por pedido do Ministério Público Federal – sendo necessária, para sua resolução, a realização de estudos que comprovem os direitos dos índios⁴.

A OCUPAÇÃO INDÍGENA NO RIO DOCE

Fontes manuscritas, bibliográficas e orais atestam que o baixo e médio Rio Doce foram ocupados historicamente por grupos indígenas pertencentes ao tronco linguístico-cultural Macro-Jê, das famílias linguísticas Coroado (Coroados, Puris, Apuraris), Maxakali (Maxacali, Malali), Pataxó e Borún (Ponchechás, Gíporacs, Neknenuks, Etwet, Takurkkrak, Nep-Nep, Gutkrak [Krenak], Nakpie, Covugn, entre outros) (MARCATO, 1979). Além disso, há registros de “descimentos” de “povos dos sertões” falantes do Tupi, realizados pelo rio Doce por jesuítas, que os reuniam na missão de Reis Magos (atual Nova Almeida, Espírito Santo), ao longo do século XVI e XVII (SERAFIM LEITE, 1945). Testemunhos arqueológicos, por sua vez, indicam que povos indígenas relacionados à cultura Tupiguarani habitaram aquela região, pelo menos no período cerâmico pré-colonial, entre 900 e 700 AP (BAETA & PILÓ, 2003; PROUS, 2005; BAETA, PILÓ & MACHADO, 2007).

Povos indígenas habitaram, portanto, esta bacia, por tempos imemoriais, onde hoje apenas se encontra demarcado o território *Krenak* na margem oposta do Rio Doce, de frente à serra da Onça - por eles denominada *takrukkrak*, cujo significado seria “pedra alta”.

A estratégia adotada pelo grupo Borún, liderado por Krenak, havia sido a de resistir ao “comércio” com os “civilizados”, diferentemente de diversos outros grupos *Borún* estabelecidos em aldeamentos oficiais no vale do Mucuri, desde meados do XIX (MISSAGIA DE MATTOS, 2004).

Apenas em 1910 – após 21 anos, portanto, da proclamação da República – seria fundado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), como um último golpe sobre a Igreja Católica que, por meio do Regulamento das Missões de 1845, detinha no período imperial a prerrogativa de catequizar os índios. Um “posto de atração” para os Krenak na Barra do Eme – local onde atualmente se encontra demarcado seu território – foi instalado pelo órgão indigenista governamental, em 1913.

Os relatórios da Inspetoria do SPILTN, instalada na cidade de Teófilo Otoni, informam os procedimentos iniciais do indigenismo republicano em Minas e sua relação com os grupos Borún. O inspetor tenente Alberto Portella havia, primeiramente, visitado o aldeamento do Itambacuri - dirigido havia 38 anos pelo capuchinho Serafim de Gorizia e que computava um contingente de 300 índios “civilizados”. De lá seguira para o *quijeme* [aldeia] dos Pojichá, distante 9 léguas do centro do Itambacuri, na margem esquerda do São Mateus, cujos 56 índios não intencionavam instalar-se com os missionários por considerarem-se “inimigos dos Potés, Potóns e Criciúmas” do Itambacuri (SYLVESTRE, 1979, p.6).

O inspetor Alberto Portella encontrou no rio São Mateus, em maio de 1911, 100 Pojichá vivendo de agricultura. Além do posto de atração para os Krenak, na margem esquerda do Rio Doce, computando 70 “botocudos”, foram criados o do “Pancas”, com cerca de 200 índios; do “Cibrão”, no bra-



Figura 4: Os Índios Pojichás na porta da Igreja de Itambacuri, quando foram entregues à Protecção Federal (1910).

Nota: a inscrição no verso da foto: “Altina parecia pior que Inácia. Bem estudada vê-se que procura estabelecer a paz, quando alterada por Lúcio, Benedita e Inácia” remete para as disputas ocorridas entre lideranças tradicionais dos Pojichá, entre os quais se destaca uma acentuada ascendência feminina (MISSAGIA DE MATTOS, 2004)⁵.

ço norte do São Mateus, com 42 Pojichá e o dos “Aimorés”, para o aldeamento dos Maxakali (JACOB, 1911, p. 29).

Após diversos episódios de conflito, envolvendo os trabalhadores empregados na construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas, e outros empreendimentos, como a demarcação da Colônia Bueno Brandão, para trabalhadores nacionais, e perante a recusa dos Krenak em se deslocar para o aldeamento no rio Pancas, no Estado do Espírito Santo – onde já se encontravam estabelecidos os Nakhrehé com os quais os Krenak mantinham uma relação de rivalidade – seria finalmente demarcada pelo SPILTN a área para a “Colônia Indígena” na Barra do Eme. A doação definitiva foi feita através do Decreto n. 5462, de 10 de dezembro de 1920, que criava uma “Colônia para os Crenacs e Pojichás da região”, homologado pela Assembléia Legislativa e pelo governo do Estado de Minas Gerais⁶.

Em 1927 seriam demarcados os restantes 2000 ha., atendendo às reivindicações do SPI para regularizar a área, o

que colocou, oficialmente, as aldeias que não tinham sido englobadas na primeira demarcação, também, sob a sua jurisdição. A razão para a nova demarcação seria o massacre de uma das aldeias indígenas, no local denominado *Kuparak* (“onça”, na língua materna). O massacre de *Kuparak*, como é lembrado, ocorreu em janeiro de 1923, segundo relatório da própria administração do posto indígena. A história do massacre é bastante presente entre os Krenak que a relembram com riqueza de detalhes e emoção.

Apesar da demarcação, o aldeamento viria a ser ocupado por arrendatários e pelo empreendimento de uma Guarda Rural e de uma Colônia Penal Indígena (1969), cujos procedimentos repressivos contribuíram para a dispersão dos Krenak para diversos pontos do país, onde hoje podem ser encontrados (MISSAGIA DE MATTOS, 1996).

Na década seguinte, os *Borún* do Espírito Santo foram enviados para a mesma área, bem como os *Nakrehé* do rio Manhuaçu. Nimuendaju (1946) computava, em 1939,



Figura 5: Crenaks do Rio Doce (defronte de Resplendor). Defronte da Cachoeira do M, estação de Resplendor, margem esquerda do Rio Doce (1910).

Nota: Manoel Ernesto Pereira (fotógrafo amador).

Fonte: NCS7(8) 1364. APCBH.

“68 cabeças” de Botocudos naquele Posto Indígena, denominado Guido Marlière – em homenagem ao militar francês (1767-1836) responsável pelo fim das hostilidades aos Botocudos do Rio Doce, cruelmente perseguidos desde o decreto de “guerra justa” assinado em 1808 por D. João VI⁷.

Os Pojichá, no entanto, apesar de especificados no decreto demarcatório, jamais se aldeariam com os Krenak na Barra do Eme. Segundo o mapeamento dos subgrupos Borún, realizado pelos missionários capuchinhos no XIX, os “Botocudos” “mais temidos ...vulgarmente chamados os Pojichás”, seriam originalmente, na realidade, compostos por dois subgrupos, a saber: Krekmum e Krenhé (GORÍZIA *apud* PALAZZOLO, 1973: 102). Dos primeiros seriam descendentes os atuais Krenak, frutos de uma dissensão ocorrida ao final dos oitocentos (ALMEIDA, 1978 [1959]: 80). Deste modo, Pojichá e Krenak ter-se-iam tornado-se inimigos viscerais.

Ao longo do século XX, a maioria dos Borún do Rio Doce, segundo os depoimentos de antigos colonos, dispersou-se. Foram vistos Borún perambulando por todas as estradas do Vale, até cerca de 1940 (BATISTA DA SILVA, 1995).

O diretor do Museu Paulista, Herman Von Ihering, identificou, em 1911, três grupos Botocudos: Minhagiruns do rio Pancas, Botocudos de Natividade do rio Manhuaçu (atual cidade de Aimorés) e os Botocudos da Lapa, acima da Barra do Manhuaçu (IHERING, 1911).

Segundo descrição geográfica, os “Botocudos da Lapa”, cujo chefe se chamava *Trakrukkrak* (“Pedra Alta”, na língua Borún), eram também conhecidos como *Gutkrak*: “Outra informação que importa grifar é relativa aos Botocudos da Lapa: ao cacique desta última localidade davam o nome de Crenac, ao passo que o capitão Tijuque era o cacique de Manhuaçu” (IHERING, 1911, p. 39).

O único local em todo o médio Rio Doce, logo acima da barra do rio Manhuaçu, que possui afloramentos rochosos constituídos por várias lapas e cavernas é exatamente a serra da Onça. A associação do sentido entre as designações pelas quais era conhecido o grupo Takrukkrak ou Grukkrak,

posteriormente Krenak, sugere a identificação daqueles indícios com esses abrigos rochosos quartzíticos, alguns deles com figurações rupestres (BAETA; MISSAGIA DE MATTOS, 1994).

Até o momento, todos os sítios arqueológicos com registros rupestres identificados no médio vale do Rio Doce encontram-se exclusivamente em sua margem direita, circunscritos (com exceção de um) às serras do Boiadeiro e da Onça, onde se situa o maior conjunto de afloramentos quartzíticos de toda a região, constituído por escarpas e altíssimos paredões.

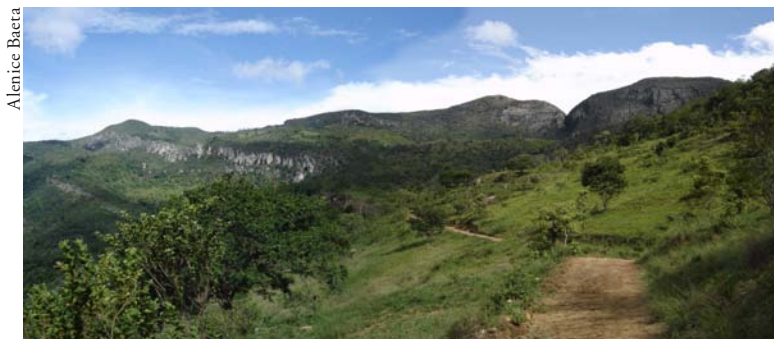
Os abrigos localizam-se preferencialmente nos topos das colinas, nas bases dos paredões, distantes de rios e córregos, mas também ocorrem em pequenos blocos inclinados, próximos aos afluentes do Rio Doce. A conta altimétrica varia de 300 a 900 metros, sendo que o Rio Doce encontra-se atualmente na cota de 90 metros.

Um dos fatores da parcial preservação destes abrigos é a relativa dificuldade de seu acesso. A gruta Sete Salões, no entanto, – apesar de não apresentar quaisquer indícios de ocupação arqueológica na superfície do solo bem como em suas paredes extremamente friáveis (de arenito) – é um importante sítio espeleológico, além de constituir um importante bem cultural de valor etnológico, haja vista ser referência dominante na atual cosmologia do grupo Krenak. Lamentavelmente, é o local mais depredado da Serra da Onça. Em seus compartimentos externos, encontram-se datas e nomes inscritos em suas paredes, além de acúmulo de lixo oriundo de acampamentos e visitas turísticas informais.

Já foram identificados seis abrigos rupestres: Pedra Pintura, Boiadeiro, Pedra do Letreiro, Lapa, Onça e Zé Barbeiro, destes, quatro estão sendo considerados “complexos”, em função de constituírem vários conjuntos de abrigos ou pequenas escarpas com pinturas. O sítio da Lapa, por exemplo, apresenta dezenas de blocos pintados em uma área de aproximadamente 10.000m².

Os sítios Boiadeiro e Zé Boiadeiro são os únicos que apresentam somente um abrigo pintado. Nos demais, há casos cujos espaços pintados são compostos por blocos ou

abrigo inclinado, próximos entre si (Pedra Pintura, Onça e Lapa), como também abrigos com fendas e condutos que permitem atravessar o afloramento (Letreiro).



Alenice Baeta

Figura 6: Paredão. Local que dá acesso a Gruta Sete Salões. Serra da Onça, município Resplendor, MG (2006).

A LEITURA INDÍGENA DAS FIGURAÇÕES RUPESTRES E DOS “ENCANTAMENTOS” DA CAVERNA SETE SALÕES

Mediante toda sua história de resistência e em razão dos conflitos interétnicos cotidianamente vivenciados regionalmente pelos Krenak, a serra *Takrukkrak* e suas pinturas rupestres adquiriram significados dominantes em seu universo simbólico, que dizem respeito, inclusive, às suas lutas por afirmação étnica e pelos seus direitos territoriais.

Segundo demonstram as informações orais obtidas ao longo da pesquisa, bem como o relato do etnógrafo russo Henri Manizer (1919), o mundo mágico dos Krenak aparece constantemente ameaçado pela presença não-indígena, “desencantadora”. O poder de “desencantar” – afastando os seres míticos que povoam seu universo – é atribuído principalmente aos padres e aos símbolos da cristandade ao longo do processo de contato, de acordo com etnografias que abordam a relação dos Krenak com os abrigos rupestres situados nas proximidades de seu território (BAETA; MATTOS, 1994); a questão da identidade e memória indígena (MISSAGIA DE MATTOS, 1996), ou, ainda, os sítios arqueológicos do vale do Rio Doce (BAETA, 1998).

Não é provável que as pinturas existentes nos diversos abrigos rupestres do médio vale do Rio Doce tenham sido feitas de fato por antepassados dos Krenak. Estes, no entanto, não atribuem sequer as pinturas a uma autoria humana, mas a uma origem sobrenatural. Dentro desta lógica, as pinturas surgem, por assim dizer, espontaneamente, o que as tornaria imunes da destruição dos Borún, humanos dotados de uma humanidade diversa da dos Kraí (não-indígenas), cuja ação não obedeceria às mesmas reações previstas no universo nativo.

Ao considerar que as pinturas nunca podem ser apagadas, o pensamento indígena acaba por apropriar-se delas como parte de sua herança cultural. A visita dos indígenas a esses lugares chegou até a provocar, em alguns dos Krenak mais velhos, um sentimento de encontro e comunicação com os ancestrais míticos denominados *Maret*.

Segundo levantamentos etnográficos realizados durante a pesquisa de campo, *Maret*, o “velho” (*khmankián*) ainda podia ser visto, ainda que apenas pelos *Borún*, naquela região. Sua figura era descrita de forma semelhante à registrada em 1915 por Manizer (1919): possuidor de capacidades sobrenaturais, o “velho” poderia andar sobre nuvens e águas, bem como controlá-las. Por isso, ao atravessarem o rio, os Krenak precisavam pedir sua permissão, dirigindo-lhe a palavra através de cantos, com a finalidade de se protegerem contra acidentes. A esposa de *Marét-Khmankián* – a “velha” –, no entanto, sempre se escondia dos olhos dos *Borún*, permanecendo no céu (MISSAGIA DE MATTOS, 1996). Os inúmeros filhos do casal, os *Marét-khmakián-krouk*, também poderiam aparecer para os índios e, caso se sentissem injuriados, se irritariam a ponto de lançar suas flechas invisíveis, que levam ao adoecimento e à morte.

Recentemente os jovens Krenak passaram a utilizar os Sete Salões para o *Marét Erehé*, – período ritual que vem ocorrendo no segundo semestre de cada ano, durante o qual são realizadas suas orações e danças sagradas.

A Serra da Onça representou também uma localidade importante para os indígenas no período de conflito

com as frentes de expansão colonizadora na região. Em razão das dificuldades para o seu acesso, o local tornou-se um dos pontos estratégicos da resistência indígena, tendo sido utilizado como zona de refúgio e defesa. Existem algumas histórias contadas pelos Krenak que narram o tempo em que os índios se escondiam nas locas de pedra.

Segundo esclarece *Tian*, informante de origem Nakhrehé, “os civilizados é que deram o nome de Onça para a serra, pois eles matavam muita onça e outros animais”. O local, de fato, denominado pelos Krenak como *Kuparak* (“onça”) localiza-se próximo à antiga aldeia *Kijeme-Brek* (“aldeia bonita”, em língua materna), na cabeceira do rio Eme.



Alenice Baeta

Figura 7: Grafismos Rupestres do Sítio Arqueológico da Lapa. Unidade Estilística Médio Vale do Rio Doce. Serra da Onça, município Conselheiro Pena, MG (2006).

Uma velha índia de origem Gutkrak contou que, quando pequena, passeava com os pais nas “pedreiras” com pinturas, ainda consideradas por eles como *Takrukkrak*, onde se encontram muitos lugares encantados. Porém, ela não saberia mais encontrar esses locais nem ensinar os caminhos aos seus descendentes. Com isso, a maioria dos jovens Krenak nunca havia visitado nenhum dos abrigos pintados levanta-

dos na investigação arqueológica. Ainda segundo a mesma informante, "os Krenak não gostam que os *krai* (não-índios) visitem a gruta Sete Salões, porque eles quebram as paredes, rabiscam nelas e fazem fumaça, e a fumaça tira o encanto das coisas, espantando os *kmankián*. Eles vão pra outro lugar, mas depois eles costumam voltar" (BAETA, 1998)

Em razão do conflito de terra que travam há muito tempo, os *Borún* ficaram praticamente isolados das "lapas de pedra", pois elas se encontram na margem oposta do atual posto indígena Krenak, dentro de algumas propriedades rurais. Apesar de os paredões rochosos, as grutas e abrigos arqueológicos não pertencerem legalmente e essas propriedades, para visitá-las é necessário adentrar varias porteiras com cadeados, além de pedir autorização aos proprietários (BAETA, 1998)

A antropóloga M. Paraíso, por ocasião de elaboração de relatório para subsidiar a extrusão dos posseiros da terra indígena Krenak, averiguou que "após as terras terem sido invadidas pelos brancos, eles [os índios] não puderam localizar o túmulo de Krenak e alimentar as suas almas". Por este motivo, as almas se transformam em onças que passaram a habitar o sétimo salão da caverna existente na Serra da Onça (PARAÍSO, 1992, p. 427).

A autora descreveu ainda uma visita que fez ao cemitério Krenak em companhia de uma velha índia. A presença do *krai* (intuso) na área do enterramento exigiu o ritual de explicações ao morto e pedidos para que não se ofendesse e aceitasse tal intromissão (PARAÍSO, 1989, p. 40).

Estes eventos indicam como a perda de poderes mágicos, percebida gradativamente pelos *Borún* em sua história contemporânea, encontra-se associada simbolicamente às constantes invasões dos *krai* nos seus ambientes sagrados, uma vez que, ao perderem seus "encantos", perdem também sua força sobrenatural *yikégn* (NIMUENDAJU, 1946) que sustenta o xamanismo e a chefia tradicional (MISSAGIA DE MATTOS, 1992, 1996).

Após tantos massacres e ameaças de morte por parte dos fazendeiros e posseiros da região, os Krenak evitaram

incursões em determinadas localidades vizinhas, temendo represálias. Mesmo assim, esses ambientes, incluindo cavernas, antigas aldeias indígenas e cemitérios, permaneceram como referências marcantes na história e na cosmologia Borún atual.

Neste sentido, o território cultural Krenak expande em muito os limites jurídicos da atual área demarcada, abrangendo localidades que há décadas não são mais frequentados pela comunidade Krenak. O território intangível abrange esses lugares, vividos e revividos na memória do grupo, habitados até hoje por espíritos dos velhos Borún – *os khmankián* – encantando-os, garantindo assim o “domínio do espaço” (BAETA, 2000).

Maria do Rosário Carvalho aponta a “importância da dimensão territorial no engendramento da identidade étnica, sempre procurando apreendê-la referida ao sistema de relações sociais” (CARVALHO, 1982, p. 169).

O acesso ao sítio Pedra Pintura (*Takrukktan*), na serra *Takrukkrak*, era um dos únicos conhecidos por alguns membros do povo Krenak, até o início de nossos trabalhos de campo, por se encontrar mais próximo do posto indígena, localizando-se a um quilômetro defronte da aldeia, no topo de uma das vertentes opostas.

O sítio Pedra Pintura é um abrigo que até hoje serve de ponto para alguns caçadores Krenak que eventualmente arrancham neste local. Segundo Zezão Krenak, que lá já havia pernoitado por uma ocasião, “este lugar muda o estado de gente, dá um remorso na gente, ouve uma voz de longe... um lugar bonito, onde os parentes antigos da gente andou”. Nas proximidades deste abrigo, em especial ao longo do córrego da Lapa, existem ainda referências sobre antigos cemitérios indígenas.

Segundo a já falecida Sebastiana, filha do “capitão” *Muin*, e neta de Krenak, se alguém entrasse em uma das grutas da serra da Onça (Gruta Sete Salões) sairia de lá abobalhado, sem saber contar o que viu (MISSAGIA DE MATTOS, 1996, p. 152).

Ao visitarem, pela primeira vez, um dos abrigos rochosos com pintura cuja localização exata os Krenak não mais conheciam - o sítio Pedra do Letreiro -, Tian e Juvenil, seu

filho, Zezão e Milda Krenak (todos de origem Nakhrehé), transmitiriam uma forte emoção ao reencontrar o local, começando imediatamente a conversar na língua materna, excluindo as pesquisadoras (*krai*), das suas primeiras interpretações dos desenhos rupestres (BAETA; MISSAGIA DE MATTOS, 1994).

Alenice Baeta



Figura 8: Sítio Arqueológico Lapa da Onça. Serra da Onça, município Conselheiro Pena, MG (2006).

Na mesma ocasião, o fato do fumo de rolo de um dos visitantes ter sido “esquecido” nas pedras seria interpretado como intervenção dos *kmankán* que, desejosos de fumar, roubaram-lhe o fumo em represália por não terem, os Borún, obedecido a tradição de deixarem “presentes” para lhes agradar (MISSAGIA DE MATTOS, 1996, p. 173).

A magia que envolve os lugares encantados, onde habitam os seres invisíveis que povoam a cosmologia Krenak, é vivida, assim, por meio dos sinais deixados pelos *Marét*, marcados por uma linguagem simbólica e sobrenatural. Os *makhián* (“velhos” encantados) têm a dizer sobre as origens dos borún, bem como prescrever sua forma específica de se orientarem, de modo a obterem os melhores remédios para seus males. Era visível na expressão dos borún que visitaram os abrigos exist-

tentes na região uma profunda alegria por reviverem sua história. *Tian* disse sentir naquele sítio uma “sensação de liberdade” (MISSAGIA DE MATTOS, 1996, p. 172).

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL, ARQUEOLÓGICO E IMATERIAL NA SERRA TAKRUKKRAK

A serra Takrukkrak e as pinturas rupestres nela existentes constituem fortes referências étnicas para os jovens Krenak. Cabe nos indagar a respeito das possíveis medidas para a garantia da sua preservação, por meio da conservação participativa do seu patrimônio.

Reflexões sobre a conservação do patrimônio cultural e ambiental em bases sustentáveis vêm sendo realizadas, principalmente por alguns grupos indígenas da região amazônica, tendo sido elaborado, entre outros, um plano piloto de ecoturismo em terras indígenas. Para subsidiar tais iniciativas, A. G. Oliveira e M. V. Santos consideram que, “no que se refere aos sítios arqueológicos, [o patrimônio cultural] deve ser tomado como elemento constitutivo na elaboração de políticas públicas voltadas para a gestão dos territórios indígenas” (OLIVEIRA; SANTOS, 1997, p. 11).

Um projeto desenvolvido pelo Departamento de Patrimônio Imaterial e a I Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA) e a FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), solicitaram o tombamento da Cachoeira de Iauaretê como Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos Rios Uaupés e Papuri.

Localizada na região do Alto Rio Negro, distrito de Iauaretê, município de São Gabriel da Cachoeira, ela corresponde a um lugar de referência fundamental para os diversos povos indígenas que habitam a região banhada pelos rios Uaupés e Papuri. Assim como no caso da Serra Takrukkrak aqui examinado, também naquela região “várias

das pedras, lajes, ilhas e paranás da Cachoeira simbolizam episódios de guerras, perseguições, mortes e alianças descritos nos mitos de origem e nas narrativas históricas destes povos”. O projeto documentou a existência de 17 desses pontos de referência na Cachoeira de Iauaretê que testemunham a fixação dos povos indígenas naquele território (ASCOM, 2006)⁸.

Izabel Missagia de Mattos



Figura 9: Aldeia Krenak. Casa-sede de família extensa. Estrada de Ferro Vitória-Minas ao fundo (1992).

O pedido, que contou com a adesão da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Amazonas (SECT), da Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas, da Fundação Estadual de Política Indigenista (FEPI/AM) e da Associação de Língua e Cultura dos Tariano do Distrito de Iauaretê (ALCTDI), foi atendido em outubro de 2006, quando foi entregue o Certificado de Patrimônio Cultural aos proponentes do tombamento desta cachoeira. Sendo assim, a Cachoeira de Iauaretê passou a ser o primeiro “bem imaterial” incluído no Livro de Registro dos Lugares do IPHAN.

A serra Takrukkrak, por encontrar-se fora do território juridicamente demarcado dos Krenak, não caracteriza um local sob o controle territorial e político dos indígenas.

Por isto, a sua conservação exigirá uma política educacional/ ambiental que envolva toda a população indígena e a não-indígena. O projeto de educação escolar indígena Krenak, por exemplo, que já vem sendo desenvolvido desde 1997, possui um papel muito importante no sentido de criar espaços para uma reflexão crítica sobre a herança e a memória indígena, não só entre os Krenak, mas também com a população regional (BAETA, 1998).

Desta forma, a escola, que a princípio está voltada somente para dentro da aldeia, como escola específica e diferenciada, poderá também vir a cumprir um papel de multiplicadora, ao levar às outras escolas da região reflexões acerca da memória histórica e do meio ambiente do Rio Doce, bem como da importância da sua valorização. Segundo Oliveira e Santos (1997, p. 3), “é necessário criar mecanismos políticos e sociais capazes de incentivar ações que permitam às diferentes etnias existentes no contexto brasileiro, o desenvolvimento de práticas voltadas ao conhecimento e à valorização do seu acervo cultural”.

Izabel Missaglia de Mattos



Figura 10: Rio Doce ao anoitecer visto de uma ilha habitada por família Krenak (1992).

ainda pouco expressivas economicamente; trata-se de pedreiras de quartzito de pequeno e médio porte. Alguns moradores da serra Takrukkrak, que extraíam madeira para venda, após a proibição da polícia florestal, vêem como alternativa econômica a possibilidade de explorar as rochas dessa serra, o que é muito preocupante. Em 2006, havia uma mineradora agindo de forma ilegal no vale do Córrego da Lapa, na Serra da Onça. Apesar de proibidos por lei, há casos de outras regiões do estado onde mineradoras detonaram cavernas e abrigos arqueológicos.

A serra Takrukkrak (Onça e Boiadeiro) pode ser considerada uma importante reserva ecológica, na medida em que também apresenta um quadro natural e paisagístico peculiar que se destaca em todo o Médio Vale do Rio Doce. Apresenta as altitudes mais elevadas nas feições topográficas da região e tem o maior conjunto de afloramentos quartzíticos, compostos por escarpas, abrigos, cavernas, nascentes e cachoeiras.

Nesse sentido, buscar compreender a complexidade da situação apontada significa abrir diálogos e discutir a con-



Izabel Missagá de Mattos

Figura 11: Travessia do Rio Doce, necessária ao acesso às habitações indígenas. Montanha Kuparak, símbolo étnico Krenak, ao fundo (1992).

vivência entre as diferenças e os distintos olhares sobre a região. As questões relativas à proteção do patrimônio indígena e arqueológico não interessam, desta maneira, apenas aos povos indígenas, encontrando-se “indissolúvelmente ligadas e dependentes dos processos econômicos e políticos da sociedade brasileira” (ARRUDA, 1994, p. 81).

A região da Serra da Onça precisa, assim, ser encarada como complexo paisagístico e patrimonial que inclui até mesmo seus mananciais. A sua preservação – em seus aspectos naturais, patrimoniais e culturais – interessa, assim, não apenas ao povo indígena que a representa como local “mágico” e estratégico para sua sobrevivência física e cultural, mas se faz necessária para garantir a qualidade de vida de toda a população local, incluindo os animais que ali habitam.

Notas

¹ Situados entre as coordenadas UTM 7.864 Km a 7.872 Km N e 244 Km e 256 Km E, e são drenadas principalmente pelos córregos da Onça, Lapa, Lava, Boiadeiro e Itatiaia.

² As demais fotografias da série podem ser conferidas em Missagia de Mattos (2004).

³ A área estimada do Parque abrange 12.250,90 hectares.

⁴ “Estávamos começando a negociar com os proprietários, mas tivemos que sair do processo”, disse o diretor de Pesca e Biodiversidade do IEF, Célio Vale. Para ele, a grande questão é que, se a área do parque for do povo Krenak, quem vai indenizar os moradores é a Funai, que paga apenas o valor do imóvel. Mas, se for provado que não é indígena, o pagamento fica por conta do IEF, que considera a construção e o terreno. Segundo ele, há um dinheiro em juízo para o procedimento, concedido pela Cemig e Companhia Vale do Rio Doce, em compensação pela construção da Usina Hidrelétrica de Aimorés, na região. (Fonte: Jornal Hoje em Dia, 09.11.2006, <http://www.amda.org.br/base/sp-nw?nid=560>).

⁵ Fotografia obtida durante a visita do inspetor do SPILT, Alberto Portella, ao Itambacuri. Notar que todos os indígenas estão usando chapéus idênticos e roupas fornecidas pelos visitantes. Fonte: Fundo Nelson Coelho de Senna, Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. NCS. 7 (8). 1359. APCBH.

⁶ O decreto, assinado pelo então Presidente do Estado, Arthur Bernardes, destinou à União 2.000 hectares de terras devolutas adjacentes à área já demarcada do aldeamento existente, para a criação de uma colônia para

os índios Krenak e Pojichá. Reza o artigo primeiro deste Decreto: Ceder ao Governo Federal, para fundação de uma colônia destinada principalmente ao alojamento dos índios Crenacs e Pojichás da região, no município de Peçanha, não somente a área já medida e demarcada pelo segundo distrito de terras do Estado, compreendendo 81 lotes, mas também a de 2.000 hectares de terras devolutas adjacentes que se prestem ao mesmo fim (*apud* ALEIXO, 1983: XII).

⁷ Um histórico da guerra contra os “Botocudos antropófagos” e da atuação de Marlière no comando das divisões militares do Doce pode ser encontrada em Missagia de Mattos, 1996 e 2004.

⁸ ASCOM Programa Monumenta/Iphan. Cachoeira do Iauaretê: Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos Rios Uaupés e Papurí, no Amazonas. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias/noticias_do_minc/index.php?p=20095&more=1&c=1&pb=1>. Acesso em: 18.10.2006.

Referências

ALEIXO, L. Memorial elaborado para Ação Declaratória de Nulidade de Títulos dos Proprietários Rurais. FUNAI (Delegacia Regional de Governador Valadares), 1983.

ARRUDA, R. Existem realmente índios no Brasil? *Perspectiva*, São Paulo, v. 8, n. 3, 1994.

BAETA, A. Grutas e abrigos arqueológicos encantados: parque sete salões, Serra Takrukkrak, Vale do Rio Doce, MG. *O Carste*, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, 2000.

BAETA, A. M.; MISSAGIA DE MATTOS, I. Arte rupestre, étno-história e identidade indígena no Vale do Rio Doce-MG. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, v. 8, n. 1, 1994.

BAETA, A. *Memória indígena no MVRD: arte rupestre e identidade Krenak*. Dissertação (Mestrado da FAE) – UFMG, Belo Horizonte, 1998.

BAETA, A. M. Que história interessa para os povos indígenas? Bay-Educação Escolar Indígena em M.G. SEE-MG, Belo Horizonte, 1998.

BAETA, A. M. Os grafismos rupestres de Serra Takrukkrak. *Revista de Arqueologia Reunião Científica da SAB*, Rio de Janeiro, 1998.

BAETA, A.; PILÒ, H. A presença tupi-guarani no médio Vale do rio Doce: aspectos preliminares sobre sua cerâmica In: XII CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. *Anais...*, São Paulo, 2003.

BAETA, A.; PILÒ, H.; MACHADO, C. O patrimônio arqueológico da Bacia do Rio Doce-MG e ES. In: CONGRESSO EURO-BRASILEIRO, NEET/UNIVALE. *Anais...*, Governador Valadares, 2007 (no prelo).

BATISTA DA SILVA, J. *Notas para a história de como se conforma e se reproduz um modelo de colonização: o caso do médio rio Doce* (dat.). São Paulo: Unimep, 1995.

CARVALHO, M. do R. *A identidade dos povos indígenas do nordeste. Anuário de Antropológico*. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

CROTTY, H. (Org.). *Preserving our rock art heritage*. San Miguel, Califórnia: H. Crotty, 1989. Fundo Nelson Coelho de Senna. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte/APC.

IHERING, H. V. Os botocudos do Rio Doce. *Revista do Museu Paulista*, VIII, p. 38-51, 1911.

JACOB, R. *Minas Gerais no XX século*. Rio de Janeiro: Gomes, Irmão & C. Impressores, 1911.

LAMBERT, D. *Conserving Australian Rock Art-A Manual for site Managers*. Canberra: By Graeme Ward, 1989.

LEITE, J. C. F. Uma proposta pra monitoramento em terras indígenas. Atlas das Terras Indígenas do Nordeste. Rio de Janeiro, Pet/Museu Nacional, 1993.

MANIZER, H. H. *Les Botocudos d'après les observations recueillies pendant un séjour chez eux en 1915*. Arquivos do Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1919.

MANUAL INDÍGENA DE ECOTURISMO. Brasília, MMA, 1997.

MARCATO, S. A Repressão contra os Botocudos em Minas Gerais. Boletim de Museu do Índio: 1. Etno-História. Rio de Janeiro, 1979.

MISSAGIA DE MATTOS, I. Estudo das práticas terapêuticas indígenas Xakriabá e Krenak. Relatório Final - NESCON - UFMG/ SES – MG, 1992.

MISSAGIA DE MATTOS, I. *Borun, Bugre, Kraí: constituição social da identidade e memória étnica Krenak*. Dissertação (Mestrado em Sociologia na FAFICH) – UFMG, Belo Horizonte, 1996.

MISSAGIA DE MATTOS, I. *Civilização e revolta: os botocudos e a catequese na província de Minas*. Bauru: Anpocs; Edusc, 2004.

NIMUENDAJÚ, C. A descoberta do etnólogo teuto-brasileiro. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 21, p. 92, 1986.

NIMUENDAJÚ, C. Social organizations and beliefs of the botocudos of Eastern Brazil. *Southwestern Journal of Anthropology II*, Albuquerque n. 1, p. 93-115, 1946.

OLIVEIRA, A. G.; SANTOS, M. V. M. A relação possível entre o indigenismo e o patrimônio. *Subsídio INESC*, Brasília, 1997.

PALAZZOLO, J. de. *Nas selvas dos vales do Mucuri e do Rio Doce: como surgiu a cidade de Itambacuri, fundada por Frei Serafim de Gorizia, Missionário Capuchinho (1873-1952)*. São Paulo: Nacional, 1973.

PARAÍSO, M. H. Os botocudos e sua trajetória histórica. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

PROUS, A. A pintura em cerâmica tupiguarani. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, v. 36, n. 213, 2005.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. São Paulo: Edusc, 1958.

SERAFIM LEITE. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945. V. VII, p. 240.

SYLVESTRE, J. A. *Botocudos*. Jacareípe, ES, 1979. Datilografado.

YORK, A.; DALY, R.; ARNETT, C. *They write their dreams on the rock forever*. Vancouver: Talobooks, 1993.

Abstract: *this article concentrate on the symbolic relationship by the Krenak indigene group with some areas of the Rio Doce Valley, especially the quartzite outcrops of the Onça and Boiadeiro Ridges, at the right margin of the river – by an ethnoarchaeological, identitary and patrimonial perspectives.*

Key words: *Onças and Boiadeiro Ridges, Rio Doce Valley, Krenak indigene group*

* Doutoranda no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Setor de Arqueologia do Museu de História Natural/UFMG. Arqueóloga. E-mail: alenice@uai.com

** Doutora em Ciências Sociais, área: Sociedades Indígenas, pela Unicamp. Professora no IGPA da Universidade Católica de Goiás. E-mail: belmissagia@gmail.com